

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 01 – Los trabajadores temporarios en la agricultura globalizada

Tema: Trabalho Agrário

Título do Trabalho:

Do trabalho penoso à dignidade no trabalho:
o itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia do trabalho

Dr. José Agnaldo Gomes

Professor do Departamento de Psicologia Social da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Doutorado defendido pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - USP

Resumo

Os cortadores de cana-de-açúcar desta tese são os sujeitos de um estudo de caso situado nos canaviais de Cosmópolis/SP. Grande parte dos trabalhadores dos canaviais do Estado de São Paulo é arregimentada de outros Estados, principalmente do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. O contrato de trabalho é firmado apenas para o período da safra. Esses canavieiros representam a causa maior de trabalhadores submetidos a um “trabalho penoso” em busca de sua dignidade humana no trabalho. A aceleração da produção do etanol como produto estratégico e geopolítico é uma das causas principais da penosidade de seu trabalho. A questão central dessa tese – Como fazer vencer a “dignidade no trabalho” sobre o “trabalho penoso” nas condições da nova morfologia do trabalho imposta pelo capitalismo?

Resumo expandido

Objeto

A organização política dos cortadores de cana-de-açúcar junto ao sindicato de Cosmópolis/SP para melhorias nas condições de trabalho. Investigação das estratégias coletivas articuladas com outros segmentos da sociedade civil (Ong's), das esferas política e jurídica.

Objetivo

O interesse central da presente pesquisa, que configura seu objetivo geral, é a leitura estratégica da realidade do canavial, respectivamente, do “trabalho penoso” dos cortadores de cana-de-açúcar ou cana-de-etanol de Cosmópolis. “Leitura estratégica”, portanto, significa averiguar as condições da possibilidade para a passagem de um “trabalho penoso” a um “trabalho digno” ou “trabalho decente”, como é denominado em documentos oficiais. Procuro averiguar as possibilidades de abrir fendas no muro sistêmico fechado através de anseios e sofrimentos refletidos nas narrativas, de avanços na organização ainda frágil dos próprios cortadores da cana-de-açúcar, da implementação de políticas públicas inovadoras e das contradições do próprio sistema.

Metodologia

A “leitura estratégica” do trabalho penoso e da dignidade no trabalho dos canavieiros aponta para uma metodologia dialógica de investigação. No meu trabalho de campo, procurei operacionalizar o método dialógico por meio de encontros, diálogos,

entrevistas abertas e narrativas dos agentes sociais. Os agentes sociais, entendidos como sujeitos da pesquisa, foram entrevistados nos lugares de trabalho e do sindicato, em sua moradia e no ônibus que faz a interligação do canavial à casa. A cotidianidade dos boias-frias torna-se campo de pesquisa, na distância da não identificação e na proximidade solidária.

Resultados

Os contatos com os cortadores de cana da região de Cosmópolis, com seu sindicato e a usina de álcool da cidade mostraram as relações entre política agrária e política industrial. A reestruturação do trabalho industrial tem impacto imediato sobre a reestruturação do trabalho no campo. E a reestruturação da usina de álcool é reflexo da reestruturação do trabalho no mundo globalizado. Essa reestruturação no interior do Estado mínimo, que projeta suas racionalidades sobre a situação laboral e social dos cortadores de cana, trouxe mais autonomia para o capital e mais controle e exploração para o trabalho.

Procuramos verificar se é possível passar do nível dos fatos ao nível das possibilidades. Perguntamo-nos se é possível romper o círculo vicioso entre mão de obra barata procedente do campo e de outros Estados, de onde foi expulsa de seus poucos alqueires de terra que sustentavam sua família, e uma produtividade do corte manual de cana em disputa com as máquinas.

A interlocução com os próprios cortadores de cana-de-açúcar não apontou para soluções inusitadas, mas para mudar as fronteiras entre trabalho penoso e trabalho decente. Eles sabem que diminuir a parte "penosa" do trabalho não significa eliminar o trabalho penoso, mas diminui a sensação subjetiva de sua penosidade. Mediações indicadas pelos próprios canavieiros para diminuir a penosidade foram: salário, aposentadoria, proteção da saúde, seguro-desemprego, redução do horário, contrato de trabalho supervisionado pelo sindicato. Fazer cessar a pressão sobre a produtividade e seu pagamento por produção, que estão na origem de vidas ceifadas e de agravos à saúde, é uma das reivindicações principais no canavial. O resultado efetivo de muitas propostas para diminuir a penosidade depende da inclusão dos canavieiros na gestão do trabalho, de seu controle do processo laboral e da aplicação da legislação trabalhista. Os canavieiros sabem que não são apenas "vítimas" de uma situação de penosidade. Eles se consideram também atores de "melhorias". Vieram de longe, não para deixar o canavial, mas para executar um "trabalho decente". Através de suas intervenções conseguiram vitórias,

transformações, melhorias. Tudo que produz subjetividade e consciência é importante. Essa subjetividade não se constrói com base em destino, fatalidade, paternalismo, mas numa longa marcha que envolve aliados, denúncias, cobranças e compromissos da sociedade civil, das esferas política e jurídica.

Para chegar a uma conclusão plausível sobre a relação entre trabalho penoso, trabalho digno e dignidade no trabalho, e sobre a possibilidade ou não de uma “saída no canavial”, precisamos distinguir três níveis diferentes e inseparáveis que estão entrelaçados na penosidade do trabalho: (a) o nível universal e legal da dignidade humana, (b) o nível cultural, que pode variar de uma região para outra, e (c) o nível pragmático do trabalho em si, no qual está localizada a penosidade invariável imposta pela natureza.

a) A compreensão normativa da pessoa humana e de sua dignidade nos permite insistir em reivindicações morais e legais consagradas. Sobre o trabalho análogo ao de escravo, por exemplo, cai o veredito da dignidade humana, dos direitos humanos e de leis constitucionais. Também medidas de proteção à saúde, velhice e outros dispositivos legais podem ser considerados direitos humanos. O respeito a essas normas preserva o trabalho de sua degradação que se converteria em penosidade.

b) Ao lado dos direitos humanos universais existem leis culturais, regionalmente variáveis, que influenciam na percepção subjetiva e social da penosidade. Nos horários, salários, formas de gestão, comida, alojamentos e reconhecimento social pode haver expectativas e exigências culturais diferentes. O sistema de trabalho 5 por 1: cinco dias corridos de trabalho, um dia de descanso, que a usina queria impor, feriu em primeiro lugar sentimentos culturais que dizem respeito à família e ao descanso dominical. A respeito do alojamento, os Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul apresentam muito menos exigências que os canavieiros paulistanos.

c) No nível pragmático do trabalho está localizada a penosidade imposta pela natureza. É onde se encontra o trabalho penoso “puro”, que é pesado, sujo, repetitivo, exposto a sol e chuva. Essa penosidade se encontra em todos os canaviais do país. Só pode ser substituído ou remediado pela máquina, cuja função cultural é auxiliar as pessoas na luta contra as arbitrariedades e adversidades da natureza.

Referência Bibliográfica

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: ALVES, Francisco; NOVAES, José Roberto (Orgs.).

Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007, p. 21-54.

SATO, Leny. A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 188-211.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELLI, Leandro (Orgs.). Modernização e impactos sociais: o caso da agricultura sucroalcooleira na Região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo: Fase, 1995.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A morte ronda os canaviais paulistas. *Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, vol. 33, n. 2, p. 111-141, ago./dez. 2006b

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.